

# Análise das Políticas Públicas para a Educação Superior no Brasil: o Processo de Formulação e os Grupos de Interesses

## Analysis of Public Policies for Higher Education in Brazil: the Formulation and Interest Groups

Márcio Mugnol<sup>a\*</sup>

<sup>a</sup>Faculdade de Tecnologia e Educação Superior Profissional.

\*E-mail: marciomugnol@gmail.com

---

### Resumo

O presente texto pretende desenvolver uma análise do processo de políticas públicas para a educação superior no Brasil. Para isso, toma-se como ponto de partida a discussão da complexidade nas relações entre o Estado e o setor privado de educação e a formação dos grupos econômicos educacionais. Parte-se do princípio que a partir da Lei de diretrizes e Bases da Educação -LDB nº 9394/96 consolidaram-se quatro grandes grupos: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas, com afinidades de interesses comuns, entretanto destituídos de um comando central e de uma organização sistemática de atuação. Na tentativa de descortinar as dificuldades que estão por trás do modelo de políticas adotado para a educação superior brasileira, abordam-se os mecanismos utilizados pelos diferentes atores institucionais na defesa de seus interesses, bem como os aspectos econômicos e as implicações sociais das políticas colocadas em prática no cenário nacional. Cabe, ainda, destacar que, quando da defesa de interesses comuns, observa-se certa homogeneidade dos grupos no território nacional frente às iniciativas da administração pública que implicam no estabelecimento de regras e de critérios para regulação, avaliação e controle do setor, consideradas por esses próprios atores, limitantes para sua atuação.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Educação Superior. Avaliação e Regulação. Grupos de Interesse.

### Abstract

*This paper aims to develop an analysis of the process of public policies for higher education in Brazil. For this, it is taken as a starting point the discussion of complexity in relations between the state and the Education private sector and the formation of educational economic groups. It starts from the principle that from the LDB 9394/96 four major groups were consolidated - private, community, religious and philanthropic - with affinities of common interests, however devoid of a central command and an operational systematic organization. In an attempt to uncover the difficulties that lie behind the political model adopted by the Brazilian higher education, we addressed the mechanisms used by the different institutional actors in the defense of their interests as well as the economics and social implications of policies put in place in national scene. It is also worth noting that, regarding the defense of common interests, there is a certain homogeneity of the groups in the National Front territory to government initiatives in involving the establishment of rules and criteria for regulation, evaluation and control of the sector, considered by these actors themselves, limiting to its operations.*

**Keywords:** Public Policy. College Education. Evaluation and Regulation. Interest Groups.

---

### 1 Introdução

Os formuladores de políticas públicas de educação superior no Brasil enfrentam o desafio de conciliar interesses do setor educacional privado com os interesses do poder público, tendo como referência as necessidades educacionais da sociedade brasileira.

A política que vem sendo implantada a partir das últimas décadas, mais precisamente a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9394/96, possibilitou a ampliação do setor privado na educação superior, favorecendo o surgimento de grandes grupos educacionais, construídos com recursos de empresas privadas, bancos e fundos de investimentos internacionais. Embora tenha ocorrido expansão das vagas nas Instituições Públicas, o setor privado é responsável por mais de 75% das matrículas, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2013 (BRASIL, 2013).

Esta situação gera, em primeira instância, uma contradição, qual seja: ao mesmo tempo em que precisa definir as diretrizes educacionais do país e manter o controle sobre os sistemas de ensino públicos e privados, o Ministério da Educação (MEC), órgão responsável pela educação no país, se torna frágil frente à incapacidade do poder público de atender as necessidades educacionais somente com recursos públicos, não podendo prescindir dos investimentos do setor privado.

Para fundamentar o desenvolvimento deste argumento descreve-se a constituição dos grupos econômicos no setor educacional, demonstrando em que estão concentradas as fontes de poder, os espaços em que são debatidas as ideias e, efetivamente, formuladas as políticas educacionais, bem como os caminhos e mecanismos utilizados.

Encontra-se a fundamentação teórica esperada e o modelo de análise desejado, nas obras de Michael Mann (1986; 1993), na qual descreve a teoria do poder social e das fontes deste poder e faz duas afirmações, que servirão de referência para

ilustrar a linha argumentativa principal deste texto. A primeira diz que “Las sociedades están constituídas por múltiples redes socioespaciales de poder que se seperponen y se intersectan” (MANN, p. 14, 1986). Tais redes de poder são constituídas por grupos que procuram influenciar o processo de políticas em todos os níveis e esferas de governo, na tentativa de defender os interesses. A segunda afirmação procura demonstrar em que nasce e como se dissemina o poder no interior de uma dada sociedade. Veja-se:

la mejor forma de hacer una relación general de las sociedades, su estructura y su historia es en términos de las interrelaciones de lo que denominaré las cuatro fuentes del poder social: las relaciones ideológicas, económicas, militares y políticas (IEMP) (MANN, 1986. p.15).

Para analisar as concepções e as dificuldades de implementação que estão por trás do modelo de políticas adotadas, procura-se demonstrar como as fontes de poder se manifestam e influenciam o processo decisório de políticas públicas educacionais e a atuação dos grupos e subgrupos, que tentam mobilizar o poder político em função de interesses.

## 2 Desenvolvimento

### 2.1 Conceituando Políticas Públicas

Para compreender, de forma clara, a extensão do significado das Políticas Públicas no contexto da organização das ações estatais contemporâneas, considera-se necessário, ainda que brevemente, apresentar a definição, uma vez que o conceito de políticas públicas compreende um número elevado de termos, tais como: decisão, estratégia, grupos, democracia, justiça social e outros. Isso indica a complexidade dos saberes e áreas que devem ser mobilizadas para se elaborar e implantar uma ação governamental.

Saravia (2006, p.28), ao conceituar políticas públicas, afirma que:

[...] trata-se de um fluxo de decisões, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade [...] é possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório.

Pode-se, em outros termos, definir as políticas públicas como programas ou projetos governamentais, estruturados a partir das demandas originadas da sociedade civil, organizada ou não, para suprir o atendimento dos direitos básicos materializados em grandes áreas como, por exemplo, educação, saúde, seguridade social, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, saneamento básico, proteção da mulher, da criança, do adolescente e do idoso, minorias étnicas, diversidade sexual e outros.

No entanto, é preciso ter clareza de que políticas e políticas públicas são entidades diferentes, que se influenciam mutuamente e de maneira recíproca. As duas estão ligadas ao poder social, porém segundo Parada (2006, p.67) “la política es un concepto amplio, relativo al poder em general, las

políticas públicas corresponden a soluciones específicas de cómo manejar los asuntos públicos”.

As políticas públicas, parte essencial da atividade do governo, são reivindicadas pelos grupos sociais sob a alegação de que em sendo diferentes merecem tratamento diferenciado para terem acesso aos direitos e às condições sociais iguais. Em função disso, exercem pressão sobre as instituições estatais para implementar medidas que lhes assegurem os direitos “negados” e/ou “negligenciados” ao longo do processo de desenvolvimento de determinada sociedade.

Portanto, as políticas públicas estão relacionadas aos grupos sociais, aos qual a indústria da produção de bens e serviços se dispõe a atender tão logo perceba a caracterização de identidade e a definição de necessidades. Esse atendimento, que significa disponibilização de bens e serviços pode ser consumido pelos membros do grupo, ocorre em maior ou menor grau dependendo do poder aquisitivo que tais grupos dispõem. No caso das políticas públicas, as demandas são definidas como prioritárias a partir das prioridades estabelecidas no projeto de governo e do nível de influência que os diferentes grupos passam a exercer no processo decisório das políticas sociais de cada gestão.

O processo de políticas públicas, compreendendo desde a definição até a avaliação, passa por sete estágios diferentes e complementares, são estes: a formação da agenda social, ou seja, a definição das áreas sociais prioritárias para investimentos governamentais; elaboração; formulação; implementação; execução; acompanhamento e avaliação das políticas. Ao discorrer sobre o assunto, Saravia (2006, p.32), deixa claro que:

o predomínio da racionalidade técnica é absoluto e as prioridades são estabelecidas na base de considerações supostamente racionais [...] mas as prioridades outorgadas pelos planejadores não estão determinadas – como se pretende – só pela razão técnica: o poder político dos diferentes setores da vida social e sua capacidade de articulação dentro do sistema político são os que realmente determinam as prioridades.

A pressão social é a força que define os assuntos que serão tratados pelas políticas públicas. É uma pressão exercida por meio de grupos ou subgrupos com identidades e interesses diversos. Podendo ser grupos econômicos, como é o caso das instituições particulares de educação superior ou das sociedades agrárias que recebem o apoio da bancada ruralista no congresso para defender interesses dos grandes produtores agrícolas. Podem ser grupos raciais, como os de luta contra os preconceitos de cor ou em defesa das minorias étnicas. Podem ser grupos de proteção ambiental, como as organizações não governamentais que lutam pela preservação da Amazônia, ou grupos que lutam em defesa dos direitos das crianças, adolescentes e idosos e tantos outros.

Cada um, dentro de condições estruturais luta para ter os interesses reconhecidos pelos organismos governamentais como merecedores de atenção diferenciada por meio da

formulação de políticas públicas e, dentre os mecanismos mais utilizados para influenciar o processo decisório de políticas encontra-se a capacidade de articulação, visibilidade social e o poder econômico de que dispõem.

A relação entre o Estado e os grupos de interesses pode ser colaborativa, no sentido de troca de apoio, ou de oposição. Contudo, em determinados segmentos é uma relação de permanente tensão. No interior de cada grupo ou mesmo do próprio Estado existe as subdivisões, em razão da existência de interesses e objetivos divergentes presentes no interior de um mesmo grupo o que, muitas vezes, acaba levando a formação de novos grupos, caracterizando um movimento de fluidez na composição de identidades e na relação que estabelecem entre estas e com o Estado.

As forças no interior de um grupo se influenciam, mutuamente, para definir interesses prioritários, provocando essa dinâmica de fluidez que leva Saravia (2006, p.29) a afirmar que: “as modernas teorias do caos são as que mais se aproximam de uma visualização adequada da dinâmica social”<sup>1</sup>.

Existe uma relação de dependência dos grupos e indivíduos destinatários com os formuladores das políticas públicas, uma vez que estes não pertencem aos grupos aos quais as políticas são direcionadas e não dependem dela para vida cotidiana.

## 2.2 Caracterizando as fontes de poder

O poder, segundo Mann (1986, p.21), pode ser definido como: “la capacidad para perseguir y alcanzar objetivos mediante el dominio del medio em el que habita uno”.

Existe aqui uma diferença entre poder e poder social. Este pode ser entendido em dois sentidos mais específicos. O primeiro significando o domínio que um indivíduo é capaz de exercer sobre outros para realizar os desejos, fazendo prevalecer a vontade. Nessa perspectiva, entende Weber (1968, p.53) que: “el poder es la probabilidad de que un actor en una relación social se halle en condiciones de realizar sus deseos, aunque tropiece con resistencia”. Essa forma de definir o poder, no entendimento de Parsons (1960, p.199): “limita-se ao seu aspecto distributivo, no qual, o individuo A exerce poder sobre o B. Para que A obtenha mais poder, B tem que perder”.

Enquanto o poder social tem conotação coletiva, mediante a qual, várias pessoas em cooperação podem, em conjunto, aumentar o poder de influência e/ou convencimento sobre terceiros ou sobre a natureza. Essa segunda forma de entendimento, para Parsons (1960) tem um “aspecto coletivo”, sendo tal forma mais adequada para analisar a dinâmica de funcionamento dos grupos de interesses, os mecanismos

utilizados para conquistar o resultado desejado.

Seguindo a teoria de Mann (1986) pode-se considerar que a organização do poder, além dos aspectos distributivos e coletivos, compreende os modos extensivo e intensivo, autoritário e difuso de se organizar.

O poder extensivo implica na capacidade de organização das grandes massas, em lugares distantes buscando uma atuação conjunta. Por outro lado, o poder intensivo implica organização sólida, com alto grau de cooperação e de compromisso entre os participantes. O poder autoritário implica em obediência consciente de ordens bem definidas e o poder difuso, caracteriza-se por adquirir uma forma mais espontânea, inconsciente, descentralizada, capaz de infiltrar-se em toda a população, extrapolando os limites de uma dada sociedade, promovendo comportamentos similares nas pessoas sobre as quais exerce algum tipo de influência.

Essa forma de organização do poder resulta das fontes de poder. Segundo Mann (1993), são quatro grandes forças que podem atuar em conjunto ou separadamente. Para ele, o poder é ideológico, econômico, militar e político.

O poder ideológico tem origem na necessidade humana de dar significado à vida e em compartilhar normas e valores. Trata-se de um poder difuso, que tem na persuasão a força motriz e conta com a participação livre dos indivíduos. Difunde-se de forma transcendente e atinge diferentes classes, estados e nações.

O poder econômico surge da necessidade do homem dominar a natureza para satisfazer as suas necessidades. O processo de domínio, de transformação, de distribuição e de consumo dos recursos naturais está na base de sustentação do poder econômico, que se torna altamente poderoso por combinar duas formas de organização: intensivo para organizar o trabalho cotidiano de produção de bens e serviços e extensivo para criar uma rede de distribuição, fazer circular e garantir o consumo dos bens produzidos.

O poder militar nasce da necessidade de organizar a sociedade e tornar útil a agregação de pessoas. É autoritário por natureza, com características difusas para garantir o domínio em grandes extensões territoriais.

O poder político, por sua vez, surge da necessidade de criar uma organização centralizada e territorialmente definida. É o poder estatal, de natureza autoritária, com comando e ordens partindo de um centro. Atua no sentido de garantir o controle interno em uma dada sociedade encontrando-se, territorialmente, centralizado e, ao mesmo tempo, se projetando externamente na busca de personificação perante outras sociedades.

Para o autor, o desafio das sociedades modernas está

<sup>1</sup> As diversas proposições da teoria do Caos têm em comum a recusa em aceitar que as relações de causa e efeito sejam lineares: no mundo real, eventos simples podem levar a profusão de efeitos. No mundo real não existem sistemas passíveis de ser isolados, de ser objeto de experimento puro ou de observação isenta. O universo é formado de coleções de entidades individuais que se articulam e desarticulam formando sistemas efêmeros. Afastase, assim da crença de que o passado, o presente e o futuro formam um continuum inteligível (THIRY-CHERQUES, 1999). A não-previsibilidade do sistema caótico não se deve à falta de leis reitoras, mas ao fato do produto ser sensível a variações, imensuráveis e instantâneas, nas condições iniciais (HODERICH, 1995).

centrado na capacidade de interação entre as quatro fontes de poder. Assim:

La lucha por el control de las organizaciones de poder ideológico, económico, militar y político constituye el drama más importante del desarrollo social. Las sociedades se estructuram, ante todo, mediante la interacción de los poderes ideológicos, económico, militar y políticos (MANN, 1997, p.26).

Porém, há que se ressaltar que Mann (1997), ao logo de seu texto, demonstra que não se trata apenas de quatro fontes ideais de poder, na realidade, as relações de poder se mesclam, não existindo forma pura. Porém, as quatro fontes são necessárias para a existência da sociedade.

Para os propósitos deste texto, considera-se a apresentação resumida das fontes de poder suficiente para fundamentar a discussão sobre os grupos que participam do processo de políticas para a educação superior.

### 2.3 Grupos de poder e o processo de políticas públicas para a educação superior

No Brasil, o sistema educacional configurou-se, historicamente, como resultante da interação de vários atores: “os entes da federação, os diversos movimentos sociais e educacionais, um *corpus* burocrático-profissional, os estudantes, as agências internacionais multilaterais” (DUARTE, 2011, p.231). No entanto, a capacidade destes atores de “intervir, alterar e configurar no sistema [...] é desigual quando se trata de produzir os efeitos desejados” (DUARTE, 2011, p.231).

Observa-se que o predomínio de políticas que reforçam os ditames do mercado a partir do final do século XX fortaleceu o setor educacional empresarial privado com forte influência na formulação das políticas educacionais.

A formatação dos diferentes grupos de poder econômico no setor educacional brasileiro se consolidou a partir da aprovação da Lei nº 9.394/96 de dezembro de 1996, que propôs, entre outras coisas, uma maior diferenciação institucional e a diversificação de fontes de financiamento do ensino.

A referida lei é o fundamento jurídico que dá origem para diversos outros instrumentos legais. Dentre eles, o Decreto nº 2.306/97 que inaugurou o tratamento da educação superior como um bem, um serviço comercializável. Tal instrumento jurídico propôs flexibilizar a regulamentação dos serviços educacionais para despertar o interesse de empresários e grupos econômicos nacionais e internacionais e até mesmo das corporações bancárias.

Entende-se que para descrever a configuração das forças econômico-financeiras presentes no processo de políticas para a educação superior, devemos partir da organização do sistema proposta pela legislação em vigor. Assim, mesmo tendo ciência das discussões que envolvem o tema e que denotam a fragilidade da articulação dos diferentes setores e

níveis integrantes, dá-se por certa a existência de um Sistema Nacional de Educação, cuja organização estabelece dois níveis de Educação: a Básica e a Superior. Composto por instituições de ensino públicas que podem ser federais, estaduais ou municipais e privadas, sendo as Instituições privadas, subdivididas em particulares, comunitárias, confessionais e as filantrópicas. Embora todas sejam enquadradas como privadas existe uma diferenciação entre as que não possuem fins lucrativos e as que possuem. Estas últimas, as instituições particulares com finalidade lucrativa foram as grandes beneficiadas com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Lei nº 9.394/96 define essa configuração em seu artigo 19, conforme apresentado a seguir:

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

- I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

O setor privado cresceu significativamente e chegou ao final da primeira década do século XXI, exercendo não mais o papel complementar ao setor público, mas sim um papel central. As institucionais se concretizaram tendo como base a referência legal do artigo 20 da referida lei, que organiza as instituições tendo com princípio sua finalidade. Veja-se:

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

- I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
- II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
- IV - filantrópicas, na forma da lei.

Seguindo a lógica organizacional definida pela referida lei, as Instituições privadas que em 2013 representavam 88,3% do total de IES<sup>2</sup> consolidaram-se criando quatro grandes grupos: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas, com afinidades de interesses comuns, mesmo não havendo um comando central em cada um dos grupos e não sendo possível verificar uma organização sistemática de atuação.

Partindo dessa forma de organização imposta pela lei, é possível entender com maior clareza como se agrupam as forças presentes no processo de políticas educacionais. A origem dos grupos de poder está profundamente ligada ao desenho do sistema estabelecido na lei e pode ser representado, esquematicamente, da seguinte forma

2 Dados do Censo da Educação Superior de 2013.

**Quadro 1:** Sistema Educacional Brasileiro

Sistema Educacional Brasileiro						
Educação Básica		Educação Superior				
Rede Pública	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada			
		Federal Estadual Municipal	Instituições Particulares	Instituições Comunitárias	Instituições Confessionais	Instituições Filantrópicas

Fonte: Dados da pesquisa.

A organização acadêmica das Instituições de Ensino Superior, por sua vez, é bem diversa, contemplando universidades, centros universitários, faculdades, institutos federais ou centros federais de educação tecnológica, o que evidencia uma grande heterogeneidade na sua composição. Em relação ao setor privado a ênfase recai sobre as faculdades, centros universitários e cursos de baixo custo.

Observa-se que o Estado tem assumido um papel central no que tange ao controle da Educação Superior realizado, especialmente, por meio de mecanismos de avaliação. Segundo Dourado *et al.* (2004, p.96) “o Estado assume perspectiva mais gerencialista e reguladora do sistema, em que a educação é vista como serviço a ser oferecido por instituições públicas e privadas”.

Para os propósitos deste texto, a discussão que se segue circunda o grupo do sistema de ensino privado e suas instituições. Contudo, em rápidas palavras, é possível indicar que o grupo das instituições públicas apresenta entre seus temas de interesse, reivindicações por mais investimentos públicos na educação, incentivo à qualificação do pessoal docente e técnico administrativo, garantia de benefícios aos inativos, melhoria salarial e gestão democrática que atente para a participação da comunidade acadêmica.

Os atores se mobilizam em um movimento cíclico que permite a um mesmo sujeito liderar um movimento de pressão para incluir na agenda de política pública determinado tema e, nos momentos seguintes, assumir um cargo público e tornar-se o criador de políticas sobre os temas de interesse de um grupo.

### 3 Conclusão

O grupo representado pelo setor privado compreende quatro subdivisões representadas pelas instituições particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. Contudo, as instituições particulares foram as que mais cresceram, representando 88,3% do conjunto das instituições de Ensino Superior.

Os grupos privados que atuam na educação superior se fazem presentes em toda a extensão do território nacional, embora com uma organização de poder difusa e extensiva, sem um comando central, possuem interesses em comum. Porém, tais grupos são desarticulados, enquanto corporação para defesa de interesses e, ao mesmo tempo, enfrentam lutas internas.

Assim, os anseios dos quatro grupos são concretizados em temas de fundo econômico, tais como, maior autonomia,

participação da política regulamentadora do setor, flexibilidade organizacional, dentre outros.

O ponto de encontro mais utilizado pelos representantes dos grupos são eventos como congressos e seminários nacionais e internacionais, promovidos pelas entidades representativas. Nestes encontros, ocorre aproximação entre os atores que aproveitam a oportunidade para consolidar pontos comuns dos discursos e estratégias de defesa de interesses perante as autoridades governamentais como, por exemplo, o Ministério da Educação - MEC, que corporifica a figura do governo, enquanto regulamentador e controlador.

Contudo, é mais seguro afirmar que os interesses, mesmo sendo comuns, são defendidos de forma individualizada pelas Instituições. As divergências entre os grupos têm origem nas disputas pelas melhores posições no mercado, ocupação de maior espaço, reconhecimento da marca, entre outros.

Porém, quando da defesa de interesses comuns pode-se observar certa homogeneidade dos grupos no território nacional e as iniciativas da administração pública que implicam no estabelecimento de regras e critérios para regulação, avaliação e controle do setor, consideradas limitações para a atuação.

Ao ser confrontado com a teoria da organização do poder os quatro grupos de instituições: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas, que constituem a rede privada de ensino, demonstram congregar a coexistência do poder intensivo e extensivo, autoritário e difuso. Em maior ou menor grau, todas as formas de poder estão presentes. Isto ocorre, principalmente, pela enorme diversificação das Instituições de Ensino Superior. Mesmo que o poder autoritário esteja mais presente na hierarquia interna das instituições, em que as ordens são bem definidas e os atores são professores e funcionários, que estão submetidos ao poder econômico dos mantenedores. É possível falar da existência do poder difuso, tendo como referência as instituições que representam os interesses comuns dos grupos e que estão espalhadas por todas as regiões do país.

Quando as políticas são de iniciativa da administração pública, os grupos se manifestam por meio de resistência ao reconhecimento das diretrizes estabelecidas, sobretudo aquelas que afetem interesses de ordem financeira. O embate ocorre em um espaço abstrato, de modo que não há definição de local ou horário para que as discussões aconteçam. Neste local abstrato é que são debatidas as ideias, comparadas com a realidade e consolidados os interesses comuns que, transformados em temas na agenda de políticas, aparecem para a administração pública já na fase da formulação das

políticas, como reivindicações do setor.

Dentre os mecanismos usados pelos grupos para influenciar o processo de políticas educacionais estão: o poder econômico, os cargos políticos ocupados por representantes de instituições e a pressão dos organismos representativos.

No contexto governamental brasileiro, em que se alternam no poder grupos políticos com interesses diversos, tem-se constituído recorrente a alternância e/ou descontinuidade de políticas que atendam aos interesses individuais desses grupos, movidos por disputa de poder e atendimento de necessidades, muitas vezes, em detrimento de interesses ligados ao desenvolvimento social e educacional de caráter público.

### Referências

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB*, Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. *Decreto nº 2.306/97*, de 20 de agosto de 1997. Regulamenta o Sistema Federal de Ensino. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 20 dez. 2015.

BRASIL. *Censo da Educação 2013*. Disponível em [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/apresentacao/2014/coletiva\\_censo\\_superior\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf). Acesso em 20 dez. 2015.

DOURADO, L.F. *et al.* Transformações recentes e debates atuais

no campo da educação superior no Brasil. In: DOURADO, L.F. *et al.* *Políticas de educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2004.

HODERICH, T. (*The Oxford companion to philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

DUARTE, M.R.T. Sistema educacional no Brasil: articulação e diversidade. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A. (Org.). *Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

MANN, M. *Las fontes del poder social, I: una historia del poder desde los comienzos hasta 1760 d.C.* Madrid: Alianza Editorial, 1986.

MANN, M. *Las fontes del poder social, II: el desarrollo de las classes y los Estados nacionales, 1760-1914.* Madrid: Alianza Editorial, 1993.

PARADA, L.E. Política y políticas públicas. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). *Políticas públicas*. Brasília: ENAP, 2006.

PARSONS, T. *The Distribution of power in American society. En Structure and Process in Modern Societies*. Nova York: Free Press, 1960.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). *Políticas públicas*. Brasília: ENAP, 2006.

THIRY-CHERQUES, H.R. O caos e a confusão. *Rev. ESPM*, v.18, p.21-22, 1999.

WEBER, M. *Economy and society*. Nova York: Bedminster, 1968.